

A MODERNIZAÇÃO EM NOVA PERSPECTIVA: EM BUSCA DO MODELO DA POSSIBILIDADE*

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

“Não vos inquieteis, pois, pelo dia de amanhã, porque o dia de amanhã cuidará de si mesmo.”

(Sermão da montanha)

“C'est l'erreur de la philosophie contemporaine d'avoir confondu nécessité et déterminisme...”

(Emile Boutroux)

“Sociology (...) should look, not indeed for its Newton or Darwin, but rather for its Galileo, or its Pasteur.”

(Karl R. Popper)

1. Teoria N e Teoria P; 2. Breve história do modelo de possibilidade; 3. Características da Teoria P; 4. Persistência da Teoria N; 5. Por uma reformulação do problema da modernização; 6. Enfoque sinótico e incrementalismo; 7. Modernização em novo estilo.

Nos últimos 20 anos a Sociologia teve, nos Estados Unidos, um enorme progresso; na verdade, o pensamento sociológico nos Estados Unidos atingiu um momento áureo. Parece-me que um dos principais indícios dessa transformação é o fato de que a Sociologia norte-americana libertou-se em grande parte do reducionismo. Até recentemente, caracterizava-se este país por uma séria fraqueza: grandemente influenciado por uma orientação reducionista, freqüentemente favorecia dogmaticamente o fator psicológico ou outro aspecto parcial da realidade social. O reducionismo, como enfoque que tende a explicar a realidade social através de uma de suas partes somente, está hoje superado, e a ciência social norte-americana assimilou o conceito de totalidade.

* O presente trabalho foi redigido pelo Prof. Guerreiro Ramos para ser publicado nos Anais da 45ª Sessão do Instituto de Assuntos Mundiais, ocorrida em 26/28 de março de 1967. O Instituto pertence à Universidade do Sul da Califórnia, Los Angeles. A tradução foi feita por Hugo Wahrlich. Publicado originalmente na *Revista de Administração Pública*, p. 7-42, 2.º sem. 1967.

Esse conceito de totalidade tem origem na Europa. Surgindo como categoria lógica na doutrina de Hegel, continua tendo um significado bastante lógico não somente entre os marxistas, apesar do “materialismo histórico” de Marx, mas igualmente entre muitos cientistas sociais europeus contemporâneos. Entretanto, nos EUA o conceito de totalidade foi, por assim dizer, operacionalizado — e isso representa um progresso científico muito importante — estabelecendo-se correntes com as designações de: “teoria de sistemas” (Merton, Parsons, Easton, Almond, Katz, Kahn, etc.), “cibernética” (Karl Deutsch e outros) e “teoria geral de sistemas” (Kenneth Boulding e outros). Mas esse avanço, no que se refere à “totalidade”, estará ameaçado a menos que seja expurgado dos resíduos de um evolucionismo metafísico à moda do século XIX.

No presente capítulo, ocupar-me-ei dessa ambivalência na ciência social norte-americana, focalizando um dos principais tópicos contemporâneos, a teoria da modernização.

1. *Teoria N e Teoria P*

O presente estágio dos estudos sobre modernização é significativo e estimulante, do ponto de vista acadêmico, mais pelas questões que têm sido suscitadas do que devido às clarificações e soluções oferecidas. Para começar, não há uma noção clara do conceito de modernização. A maioria dos autores evita enfrentar a tarefa de dar-lhe uma definição. A compreensão do fenômeno da modernização é muitas vezes presumida, e, partindo dessa premissa, têm os autores se estendido largamente sobre a matéria. Entretanto, ao exame desses trabalhos, verificamos que podem ser situados num contínuo, cujos pólos designarei, aqui, por Teoria *N* e Teoria *P*.

O pressuposto principal da Teoria *N*, no que tange à modernização, é que existe uma lei de necessidade histórica que compele toda sociedade a procurar alcançar o estágio em que se encontram as chamadas sociedades desenvolvidas ou modernizadas. Essas sociedades representam, para as sociedades chamadas “em desenvolvimento”, a imagem do futuro destas. Como consequência desse modo de ver, os autores filiados à Teoria *N* apontam dicotomias como “nações desenvolvidas *versus* nações em desenvolvimento”, e sociedades “paradigmas” *versus* sociedades “seguidoras”. Frequentemente, os que falam em “obstáculos ao desenvolvimento” ou “pré-requisitos da modernização” estão condicionados pelos pressupostos determinísticos da Teoria *N*, por um rígido arquétipo de modernização, mais ou menos identificado com o estágio atual da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos.

A Teoria *P*, por outro lado, apresenta dois característicos principais, relativamente à modernização: 1) pressupõe que a “modernidade” não está localizada em qualquer lugar do mundo precisamente; que o processo de modernização não se deve orientar segundo qualquer arquétipo platônico; e, 2) sustenta que toda nação, qualquer que seja sua configuração presente, terá sempre possibilidades próprias de modernização, cuja efetivação pode ser perturbada pela sobreposição de um modelo normativo rígido, alheio àquelas possibilidades.

As seguintes assertivas, de autores diferentes, têm estrita relação com a Teoria *N*:

“Num mundo marcado por gradações de atraso, o estudo comparado da modernização tem que dedicar-se à sociedade paradigma, que se torna o foco de atenção da sociedade seguidora...”¹

“Esta divisão do mundo em sociedades adiantadas e seguidoras constitui um dos elementos básicos da definição de modernização.”²

“Considero um sistema *modernizado* na medida em que se aproxime do tipo de sistema vigente nas modernas sociedades ocidentais, tomando, ao arbítrio, os EUA como o extremo até hoje atingido nesse particular.”³

“Historicamente, modernização é o processo de mudança no sentido dos tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa Ocidental e na América do Norte, do século XVII ao século XIX, e que depois se estenderam a outros países europeus, bem como, nos séculos XIX e XX, aos continentes da América do Sul, Ásia e África.”⁴

É bem verdade que esses excertos não fazem inteira justiça ao pensamento dos autores. Se lermos os artigos de Bendix e Levy, ou Modernização: protesto e mudança, de Eisenstadt, veremos que esses autores professam algumas idéias pertinentes à Teoria *P*. Isso ocorre com quase todos os que, aqui nos Estados Unidos, escreveram sobre modernização. Evidencia-se, nesse terreno, uma espécie de complexo hamletiano, isto é, uma ambivalência metodológica. Encontramos a Teoria *P*, embrionariamente, nos trabalhos de maior profundidade publicados nos Estados Unidos sobre modernização. Somente poucos autores, porém, tais como C. Wright Mills, Alberto O. Hirschman e Alexander Gerschenkron, entre outros, podem ser considerados decididamente filiados à Teoria *P*. Ilustremos concretamente esta observação.

É muito pertinente, por exemplo, a seguinte citação, tirada de um ensaio de Mills, apresentado no Brasil num simpósio sobre obstáculos ao desenvolvimento: “... não encontrareis a resposta na Europa histórica nem na América do Norte ou Rússia Soviética contemporâneas. Se pode ser encontrada entre vós, eu não sei. Talvez seja bom que topeis com obstáculos a essas espécies de desenvolvimento. Meu voto é para que libereis vossas imaginações culturais de todos esses outros modelos... e que mediteis livremente sobre o que realmente desejais.”⁵

No mesmo diapasão temos as seguintes afirmações de Hirschman e Gerschenkron: “... sempre que se enunciou qualquer teoria que considerava determinado sistema de valores um *pré-requisito* do desenvolvimento, geralmente pôde ser contestada eficazmente com base em fatos empíricos: é que comprovadamente terá havido desenvolvimento, em algum lugar, sem o auxílio do referido pré-requisito.”⁶ “... assim como não existe um conjunto certo de pré-requisitos do

¹ Ver Bendix, Reinhard. Towards a definition of modernization. Estudo apresentado à 45ª Sessão do Institute of World Affairs sobre *Dynamics of Development Institutions, Processes and Techniques*. University of Southern California, von Klein Imid Center of International and Public Affairs, 1967.

² Id. *ibid.* p. 4.

³ Ver Levy, Jr., Marion S. Some special obstacles to capital formation in underdeveloped areas. In: Abramovitz, M., ed. *Capital formation and economic growth*. Princeton, National Bureau of Economic Research, 1955. p. 449.

⁴ Ver Eisenstadt, S. N. *Modernization: protest and change*. New Jersey, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1966. p. 1.

⁵ Ver Mills, C. Wright. *Power, politics, and people*. New York, Ballantine, 1963. p. 156.

⁶ Ver Hirschman, Albert O. *The strategy of development*. New Haven and London, The Yale University Press, 1966. p. 4.

desenvolvimento econômico, também é impossível definir um número determinado de características de atraso. O que representa um percalço ao progresso em certo cenário e estágio pode favorecê-lo em circunstâncias diferentes.”⁷

“Boa parte de nossas cogitações acerca da industrialização dos países atrasados é dominada — consciente ou inconscientemente — pela grande generalização de Marx, segundo a qual é a história dos países adiantados ou estabelecidos industrialmente que traça o caminho do desenvolvimento para os países mais atrasados... Sob muitos aspectos deveras importantes, pode o desenvolvimento de um país atrasado, pela própria natureza desse atraso, tender a diferir fundamentalmente daquele verificado num país adiantado.”⁸

A fim de melhor desenvolver a precisão das ciências sociais em nossos dias, torna-se necessário explicitar ou articular, tão sistematicamente quanto possível, o emergente paradigma a que nos referimos acima, e que está implícito nas últimas transcrições. A essência desse paradigma é o conceito de “possibilidade”.⁹

2. Breve história do modelo de possibilidade

A primeira coisa a dizer quando procuramos um modelo de possibilidade é que tal modelo *não* obriga a um enfoque indeterminista. Para salvar o determinismo — que é indispensável à ciência social — de qualquer conotação metafísica, é necessário compreender que determinismo e liberdade não são antípodas. Se excluirmos do critério determinista toda e qualquer margem para liberdade ou para o papel das decisões humanas, não mais teremos determinismo, mas fatalismo. Se afastarmos do processo social as suas determinações objetivas, estaremos afirmando implicitamente a ausência de sentido da sociedade em si, ou seja, o niilismo, e, por conseguinte, a impossibilidade de uma ciência social. O determinismo é inconcebível, sem liberdade, e a liberdade é inconcebível sem limitações objetivas, isto é, sem determinismo. Determinismo *ou* liberdade é um falso dilema. No processo histórico e social há sempre determinismo *e* liberdade.¹⁰ A maneira pela qual esses dois fatores se combinam na dinâmica dos acontecimentos é insuscetível de ser expressa numa fórmula inequívoca. Teoricamente somos forçados a presumir que cada situação apresenta uma combinação própria desses dois aspectos. Assim, escolher uma possibilidade em determinada situação é escolher dentro de certos limites. O sujeito de uma opção, num pro-

⁷ Id. *ibid.* p. 9.

⁸ Ver Gerschenkron, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective*. New York, Frederick A. Praeger, 1926. p. 6-7.

⁹ O conceito de possibilidade tem sido focalizado de diferentes pontos de vista. Ver, por exemplo: Abbagnano, Nicola. *Possibilità e libertà*. Torino, Taylor, 1956; Buchanan, Scott. *Possibility*. London, Kegan, Paul, Trench & Trubner, 1927; Adams, George R.; Loewenberg, J.; Pepper & Stephen C., ed. *Possibility*. Berkeley, California, University of California Press, 1934; Costello, Harry Todd. *A philosophy of the real and the possible*. New York, Columbia University Press, 1954; Darbon, André, *Les catégories de la modalité*. Paris, Presses Universitaires de France, 1956; Barnes, Hazel E. *Humanistic existentialism, the literature of possibility*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1965; Hacking Ian. *Possibility*. *Philosophical Review*, Apr. 1967.

¹⁰ “... já examinamos as razões da estrutura probalística das explicações históricas, e nenhuma delas constitui motivo para rejeitar o determinismo.” Nagel, Ernest. *The structure of science, problems in the logic of science*. New York and Burlingame, Harcourt, Brace and World, 1961. p. 599.

cesso de mudança, só pode ser bem-sucedido se em seu comportamento considerar as limitações concretas da escolha feita.

A Teoria *P* está implícita nas concepções de diversos autores que têm tentado explicar o processo social como resultante contínua de uma tensão dialética entre determinismo e liberdade. Todavia, no terreno da ciência social, nota-se atualmente a falta de uma percepção sistemática da possibilidade como conceito-chave do pensamento científico. A observação de Ernst Bloch, de que a possibilidade pertence a um “campo quase virgem” e de que representa “o Benjamim entre os grandes conceitos”,¹¹ é verdadeira, sobretudo no que diz respeito às ciências sociais.

Aliás, desde Aristóteles têm os filósofos andado às voltas com essa idéia. Não constitui objetivo deste artigo discutir a evolução do conceito em causa, na filosofia. Desejo apenas salientar alguns de seus aspectos filosóficos, para melhor entendimento das implicações sociológicas da questão.

Entre os filósofos, talvez tenham sido os estóicos os primeiros a estabelecer as linhas mestras da justificação da Teoria *N*. Para eles, os acontecimentos estão sujeitos ao curso da natureza, e somente devido à sua ignorância é o homem levado a admitir a existência de “possíveis”. Segundo Abelardo, até Deus é confinado pela necessidade: Deus nada pode fazer diferente do que faz.¹² Aqueles filósofos consideram o “possível” o oposto do “necessário”. Hobbes dá eco a essa tradição, quando afirma que não existem possíveis no mundo real. Nossa ignorância das causas necessárias é que nos leva a dizer que uma coisa é possível. Ele só admite possibilidades epistêmicas. A continuação desse modo de pensar pode ser acompanhada até o presente, seja sistematicamente articulada, seja apenas implícita nos trabalhos dos filósofos e cientistas sociais.

De especial interesse, neste particular, é a obra do filósofo francês Charles Renouvier, que foi professor de Emile Durkheim e influenciou William James. Formulou uma crítica muito segura das teorias da “evolução necessária”, tais como as de Hegel, Comte e Spencer, com base na categoria da possibilidade. Antecipando-se a Eugène Dupréel, viu ele descontinuidade onde geralmente se supõe haver continuidade. Os acontecimentos do mundo ocorrem como uma série de começos. São “distintos” no tempo e no espaço. Quando *B* acontece depois de *A*, isto é usado para explicar *B* em termos de um evento necessário que presume o mundo como contínuo. Para Renouvier, o contínuo não existe no mundo. Por exemplo, poderia acontecer *b* em vez de *B*. Destarte, a causa *A* “determina a trajetória de um evento, mas a direção desse evento é determinada por aquilo que dele participa”.¹³ A fim de demonstrar seu pensamento, Renouvier escreveu o extraordinário livro, publicado em 1857, *Uchronie (l'utopie dans l'histoire)*, *Esquisse historique apocryphe du développement de la civilisation européenne tel qu'il n'a pas été, tel qu'il aurait pu être* (Esboço histórico apócrifo

¹¹ Ver Bloch, E. Sur la catégorie de la possibilité. *Revue de Metaphysique et de Morale*, (1):76, jan./mar. 1958.

¹² Ver Lovejoy, Arthur O. *The Great chain of being*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1957. A respeito de várias opiniões filosóficas sobre a necessidade, ver Blanshar, Brand. *The nature of thought*. London, George Allen & Unwin, 1939. v. 2. Ver também: Cheney, Edward P. *Law in history and other essays*. New York, 1927; Knopf, Alfred A., Berlin & Isaiah, *Historical Inevitability*. London, New York, Toronto, Oxford University Press, 1955.

¹³ Ver Boas, George. Renouvier, Charles Bernard (1815-1903). In: Edwards, Paul, comp. *The encyclopedia of philosophy*. New York, Macmillan & Free Press. v. 7. p. 181.

do desenvolvimento da civilização européia tal como não ocorreu, tal como poderia ter ocorrido). Ucronia é uma utopia do passado, uma exposição de acontecimentos que não tiveram lugar. Na realidade, o que Renouvier pretende é mostrar um rumo possível para a civilização ocidental, tivesse Marco Aurélio tomado decisões diferentes das que efetivamente tomou. O curso dos acontecimentos descrito por Renouvier é tido como uma possibilidade real ou objetiva. Se houvesse sido essa a possibilidade de fato ocorrida, certamente os historiadores e sociólogos deterministas a considerariam a única história absolutamente necessária. Renouvier sustenta que “os que se inclinaram para a afirmação de uma necessidade universal”¹⁴ foram enganados pelo que ele chama de “ilusão do fato consumado”; em outras palavras, “o indivíduo geralmente é vítima de uma ilusão, quanto à necessidade incontestável que faz com que o fato consumado seja o único, dentre todos os outros imagináveis, que efetivamente podia ocorrer”.¹⁵ Renouvier é incluído, pelos historiadores da filosofia, entre os representantes do indeterminismo. Todavia, em sua concepção da causação histórica e social, há certos pontos em que se aproxima muito de sociólogos teóricos que não são indeterministas. “Possível” e “possibilidade” aparecem diversas vezes, em *Uchronie*, como palavras-chave. Sem dúvida alguma, a visão que Renouvier tem da realidade histórica e social implica o que neste ensaio denominamos Teoria P, embora não apresentasse em seu livro uma exposição sistemática da matéria.

Parece que a palavra “possibilidade” apareceu pela primeira vez, como conceito *sociológico*, em dois ensaios de Max Weber, intitulados *Objectivity in social science and social policy* e *Critical studies in the logic of cultural sciences*, publicados, respectivamente, em 1904 e 1905, na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Esse conceito não deixaria de ser familiar a Marx, pelo que se pode deduzir do livro de Georges Luckacs, *History and class consciousness*. Contudo, foi Max Weber quem feriu diretamente o assunto, nas datas indicadas, como ninguém o houvera feito antes, no campo das ciências sociais. A História, disse ele, “reconhece as possibilidades, uma vez que pretenda ser ciência”.¹⁶

Mas que espécies de possibilidades? Weber respondeu à pergunta cunhando a expressão: possibilidade objetiva. Para Weber, as possibilidades objetivas são reais e sua existência pode ser demonstrada, “segundo regras empíricas gerais”.¹⁷ Assim, ele admite que ao tempo da batalha de Maratona, Hellas poderia ter sido levada a uma situação teocrático-religiosa se os persas tivessem derrotado os gregos. Esse julgamento de possibilidade não é arbitrário se considerarmos tanto a situação histórica e os “fatos” com ela relacionados, quanto o modo como os seres humanos reagem em determinadas circunstâncias; possui um teor mínimo essencial de certeza e suporte empírico. As possibilidades objetivas são na verdade conjecturas, mas conjecturas cujo poder de convicção pode ser justi-

¹⁴ Ver Renouvier, Charles. *Uchronie (utopie dans l'histoire), esquisse historique apocryphe du développement de la civilisation européenne tel qu'il n'a pas été, tel qu'il aurait pu être*. 2. éd. Felix Alcan, 1901. p. 8. Sobre Renouvier, ver: Bridel, P. H., ed. 1906; Piccard, Roger. *La philosophie sociale de Renouvier*. Paris, M. Rivero. Ver também Long, Wilbur Harry. *The philosophy of Charles Renouvier and its influence on William James*. Tese de Harvard, jun. 1925. datilogr.

¹⁵ Ver Renouvier. op cit. p. 411.

¹⁶ Weber, Max. *The methodology of social science*. New York, The Free Press of Glencoe, 1964. p. 173.

¹⁷ Id. ibid. p. 174.

ficado por um conhecimento positivo e controlável dos acontecimentos; não refletem “nossa ignorância ou conhecimento incompleto”¹⁸ dos fatos.

Weber salienta que por intermédio dessa categoria torna-se possível julgar a adequação da relação entre a imaginação e a realidade.¹⁹ Utilizando essa categoria com base em suportes empíricos, ficamos em condições de compreender os eventos ocorridos, passados e presentes, libertos do princípio metafísico da necessidade histórica. Em outras palavras, podemos dissipar a ofuscação do fato consumado, como o fez Weber, por exemplo, ao estudar o caso da “decadência da civilização da antiguidade”; descobrimos outros rumos que poderiam ter sido tomados, mas não o foram. Demais, essa categoria nos permite construir “tipos ideais”, como padrões de acontecimentos que podem emergir do presente, não “necessariamente”, mas desde que determinadas tendências sejam estimuladas.

A burocracia, como “tipo ideal”, não é algo que tenha de acontecer “necessariamente”, mas representa uma possibilidade objetiva. Ainda uma vez, Weber voltou ao tema que Renouvier denominou “a ilusão do fato consumado”, ao escrever: “Num dos casos, estaremos contemplando aquilo que *ocorreu*, e isso se nos afigura como necessário, inclusive a decisão que terá sido tomada. No caso da liberdade, porém, olhamos para o evento como estando em formação, isto é, como não tendo ainda ocorrido e, portanto, como não necessário; nessas condições, constitui apenas uma entre infinitas possibilidades. Todavia, do ponto de vista de uma evolução em marcha, não poderemos jamais afirmar que uma decisão humana não pudesse ter sido diferente da que efetivamente acabou sendo tomada. Na discussão da ação humana, não se poderá nunca transcender o *eu quero*.”²⁰ Aliás, a ilusão do fato consumado, conforme vista por Renouvier e Weber, e à qual têm sucumbido muitos historiadores e cientistas sociais, torna tautológicas as exposições e interpretações destes últimos. A ciência social não pode ser científica quando se equaciona o “ocorrido” com o necessário, isto é, se não se reconhecer que existe na causação histórica ou social um lugar para a opção humana. O conceito de possibilidade constitui, pois, um requisito essencial na análise científica da realidade social. O cientista deve possuir uma imaginação treinada e disciplinada que o capacite a enxergar a multiplicidade de caminhos dos fatos consumados. Essa imaginação é a qualidade de espírito que se faz necessária, se nós, como cientistas sociais, não quisermos considerarmos especialistas em interpretações tautológicas *post hoc*, mas, ao invés, tencionarmos atacar, de frente, problemas como “colapso”, “auto-sustentação” e “arrancada”, em matéria de modernização ou desenvolvimento, bem como inovações e mudanças conscientemente controladas.

Todos esses tópicos implicam a Teoria *P*, isto é, uma concepção da realidade histórica e social que a vê como o resultado permanente de uma tensão entre possibilidades objetivas e escolhas humanas. Toda explicação ou interpretação

¹⁸ Id. *ibid.* p. 174.

¹⁹ “Por meio dessa categoria, a adequação de nossa imaginação, orientada e disciplinada pela realidade, é julgada” (Weber. *op. cit.* p. 93).

²⁰ Weber. *op. cit.* p. 119. É oportuno lembrar aqui uma observação de Trotsky: “... one could hear the opinion expressed that if we had not seized power in October, we would have taken possession of it two or three months later. A gross error! If we had not seized power in October, we never would have seized it.” Apud Merleau-Pouty, Maurice. *Signs*. North-Western University Press, 1964. p. 276.

que se baseie unicamente nos aspectos mais evidentes dos fatos não merece o nome de ciência. “Il n’y a science que du caché”, disse Gaston Bachelard.²¹

É esse o sentido da ênfase de Weber na possibilidade objetiva como instrumento analítico para a análise sociológica. Ele utiliza essa categoria não somente para formular “tipos ideais”, mas também para encontrar uma explicação mais satisfatória dos eventos ocorridos. Vale relembrar o estudo de Weber, *The social causes of decay of ancient civilization*, publicado em 1896. Nesse ensaio, Weber tenta diagnosticar um caso de “colapso”. Sustenta que muitos estudiosos simplesmente não perceberam o ponto crucial quando citaram como causas de um “colapso”, por exemplo, o despotismo, o luxo, a decadência moral nos mais altos níveis do Império Romano. Sua explicação remonta à essência da evolução do Império. Aponta as raízes da decadência da civilização antiga na contradição, não resolvida, entre uma “economia natural”, baseada na escravidão, e um mercado urbano, ligado ao comércio internacional; ou seja, a causa está na falta de uma segura articulação da “divisão não livre do trabalho, nas propriedades rurais, produzindo para consumo próprio do dono”, com a “livre divisão do trabalho regulada pelo regime de trocas do mercado urbano.”²² Havia, pois, possibilidades objetivas para que o Império Romano evoluísse de maneira diferente da que se verificou. Weber sugere que se poderia escrever uma história ucrônica do Império Romano, desde que se presuma que, dadas decisões apropriadas, ocorreram certas possibilidades objetivas.

Criticando a estreiteza da visão *post mortem* do curso dos acontecimentos, Karl Mannheim sugere um novo “método de observação”, a que denomina um enfoque *in status nascendi*. Com esse critério, o observador poderá libertar sua mente da “ilusão do fato consumado” (Renouvier), isto é, de considerar “tudo o que aconteceu como a única coisa que poderia ter acontecido”.²³ “Quem quer que acredite”, observa Mannheim, “saber por antecipação... exatamente quais as estruturas que a sociedade tenderá a adotar, enfraquece desde logo sua capacidade de observação empírica das mudanças emergentes, e trata uma estrutura em processo de evolução como se já tivesse tomado sua forma definitiva”.²⁴ Tal como o concebe Mannheim, o enfoque *in status nascendi* leva o observador interessado na efetuação de novas possibilidades a valer-se de sua condição de participante no processo de mudança para tomar decisões estratégicas. O autor apresenta essa “atitude experimental” como o oposto da atitude alienada implícita no dogmático critério *post mortem*.

Possibilidade objetiva é também a expressão que aparece diversas vezes num dos mais importantes ensaios que em nossos dias procuram abrir novos horizontes para o raciocínio dialético. Refiro-me a *The principle of hope*, de autoria do filósofo alemão Ernst Bloch.²⁵ Esse autor situa-se na tradição marxiana.

²¹ Ver Bachelard, Gaston. *La formation de l’Esprit scientifique*. 1938. p. 55-72. Apud Gurvitch, Georges. *Déterminismes sociaux et Liberté humaine*. Paris. Presses Universitaires de France, 1955. p. 56.

²² Ver Weber, Max. The social causes of the decay of ancient civilization. *Journal of General Education*, 5:77, 1950.

²³ Ver Mannheim, Karl. *Man and society in an age of reconstruction*. New York, Harcourt, Brace & World, 1967. p. 189.

²⁴ Id. *ibid.* p. 188.

²⁵ Bloch, Ernst. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt, Suhrkamp Verlag, a/M. 1959. Sobre as idéias de Bloch, ver Furter, Pierre. Utopia e marxismo, segundo Ernst Bloch. *Tempo Brasileiro*, 3(7), out. 1965. Nesse mesmo número de *Tempo Brasileiro* há duas críticas lite-

Assim, por exemplo, a afirmação que se segue cabe bem a Marx: “A humanidade somente cria problemas que ela própria pode resolver, mas se o grande momento só encontra homens por demais pequenos para a solução, então a solução, por fortes razões, será apenas possível, isto é, será ainda precariamente possível. O fato de que a Alemanha, no dia 9 de novembro de 1918, não experimentou uma seqüência revolucionária, é prova disso...”²⁶

Não podemos, neste ensaio, penetrar muito nas riquezas do pensamento de Bloch. Confere ele um significado positivo à palavra “utopia”, considerando-a uma visão de possibilidades que estão sempre disfarçadas sob o manto de uma aparente realidade.²⁷

O raciocínio utópico, para Bloch, anuncia o que não é, mas se encontra concretamente em vias de realização. Destarte, a utopia constitui um instrumento do que Bloch denomina *dialética antecipatória*, um de cujos pressupostos é o “possível” dialético. É uma possibilidade objetivamente real (Das Objektive Real Mögliche), e Bloch concebe essa possibilidade objetivamente real como parcialmente condicionada. O condicionamento parcial é um dos elementos dessa espécie de possibilidade, porque um evento seria absolutamente certo, caso se verificassem todas as suas condições. A percepção das possibilidades é, de certa maneira, um problema de opção humana. Bloch salienta explicitamente o papel do fator subjetivo no processo de mudança. Diz ele: o fator subjetivo é o poder não realizado de mudar as causas; o fator objetivo é a potencialidade não realizada da variabilidade do mundo no quadro de suas leis, leis que, todavia, dadas novas condições, variam elas próprias segundo outras leis. Os dois fatores encontram-se permanentemente interligados no movimento dialético de uma ação recíproca.²⁸

O papel sistemático do fator subjetivo na causação das coisas seria a condição que permite aos homens serem os “produtores conscientes de sua própria história”, e não meros agentes possíveis de um *fatum*, o aparente movimento próprio da história e da sociedade.

No livro intitulado *Determinismes sociaux et liberté humaine*, Georges Gurvitch explora a idéia da possibilidade de uma maneira original. Oculto sob a designação de “regularidade tendencial”, o conceito de possibilidade está, todavia, presente nesse enfoque. Afirma o autor em questão:

“As regularidades tendenciais são conjuntos de orientações com direções mais ou menos precisas, porém incertas no que se refere à sua realização. Em cada tipo de estrutura global, e por vezes mesmo em alguns de seus setores, podemos

rárias de Pierre Furter, tendo por objeto *Das Prinzip Hoffnung* e *Thomas Manzer als Theolog der Revolution*, de Bloch. Ver, também, Furter, Pierre. Da utopia à revolução. *Revista Civilização Brasileira*, 1(7), maio. 1966. Ver, igualmente, Rühle, J. *Ernst Bloch, the philosopher of hope*. In: Labedz, Leopold. *Revisionism, essays on the history of marxist ideas*. London, Allen & Unwin, 1962; Bloch, Ernst. Man and citizen according to Marx. In: Fromm, Erich, coord. *Socialist humanism*. New York, Garden City, Doubleday, 1966.

²⁶ Ver Bloch, E. Sur la catégorie de la possibilité. cit. p. 65.

²⁷ Conforme observou Pierre Furter, David Riesman empregou a palavra *utopia* num sentido próximo ao de Bloch. Ver Riesman, D. Some observations on community plans and utopia. In: *Individualism reconsidered*. Illinois, Free Press of Glencoe, 1954. No mesmo diapasão, ver Goodman, Paul. *Utopian essays and practical proposals*. New York, Vintage Books, 1962. Ver ainda: Boguslaw, Robert. *The new utopians: a study of systems design and social change*. New Jersey, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1965; Mannheim, Karl. *Ideology and utopia*. New York, Harcourt, Brace & World, 1966.

²⁸ Bloch. Sur la catégorie de la possibilité. cit. p. 81.

observar diversas regularidades tendenciais. Antes de começar o jogo, não se pode prever que lado vai prevalecer. Por exemplo, a sociedade feudal poderia ter evoluído, para a teocracia, para a federação de cidades livres ou para a monarquia. Hoje, a sociedade capitalista pode evoluir para a teocracia, para a democracia econômica pluralista ou mesmo para o comunismo. Pode, enfim, tomar um rumo imprevisível”.²⁹

A posição de Gurvitch contra a errônea interpretação do conceito de determinismo trouxe-o para a área da Teoria *P*. Gurvitch assinala que o determinismo não é equivalente a uma “perfeita previsibilidade dos fenômenos”, que não é fatalismo, nem necessidade metafísica, nem necessidade transcendental ou mesmo necessidade matemática. Gurvitch vê determinismo e opção ou liberdade humana em relação recíproca, e chega a uma noção de possibilidade que se enquadra na perspectiva do presente ensaio. Rejeita a concepção metafísica ou teológica do possível. Para ele, a possibilidade só é dada em estrutura, conjunturas e situações concretas. “A liberdade”, diz ele, “em seu mais alto grau, revela-se capaz, ao menos em princípio, de criar possibilidades e destruir o impossível, de modificar ou inverter situações, de engendrar novas conjunturas e de identificar novas estruturas parciais e globais.”³⁰ É oportuno mencionar aqui que Gurvitch inclui Hegel, Spengler, Toynbee e Burnham entre os que identificaram determinismo com necessidade ou fatalismo imanente.

Pode parecer paradoxal incluir Robert Merton entre os representantes da Teoria *P*. Na realidade, a riqueza de seus escritos não tem sido devidamente explorada. Ocasionalmente suas opiniões têm sido distorcidas por terceiros. Apresentam-se, às vezes, como inovações teóricas, coisas já há muito formuladas por Merton. O fato de se associar Merton historicamente com a noção de pré-requisitos não constitui, necessariamente, uma indicação de que professa a Teoria *N*: por vezes os seguidores prejudicam os fundadores. Desde o começo, Merton sistematicamente formulava o conceito de pré-requisitos em termos muito apropriados. Referindo-se a essa questão, advertia: “... esse conceito continua sendo um dos mais obscurecidos e empiricamente mais discutíveis em toda a teoria funcional. Tal como empregado pelos sociólogos, o conceito de requisito funcional tende a ser tautológico ou *expost facto*.”³¹

A crítica posterior de Hirschman (1958), a respeito dos pré-requisitos na teoria econômica, segue as mesmas linhas trilhadas por Merton em 1948. Já naquele ano, Merton não apenas tinha uma clara noção do modelo das substituições de Gerschenkron, mas ainda incluiu a categoria da “variação possível” em seu “paradigma da análise funcional”. Assim escreveu:

“... uma vez abandonado o gratuito pressuposto da indispensabilidade funcional de determinadas estruturas sociais, necessitamos imediatamente de algum conceito de alternativas, equivalentes ou substitutos funcionais. Isto focaliza a atenção na gama de variação possível nos elementos que, na hipótese em exame, servem a um requisito funcional. Revela a identidade do existente e do inevitável.”³²

²⁹ Ver Gurvitch. op. cit. p. 65.

³⁰ Id. ibid. p. 82-3.

³¹ Ver o ensaio de Merton, de 1948, Manifest and latent functions. In: *Social Theory and social structure*. ed. rev. e ampl. New York, The Free Press, 1967. p. 52.

³² Id. ibid. p. 52.

Não devemos hesitar em colocar Merton na companhia dos mais legítimos representantes da Teoria P.

R. M. MacIver parece ver a dinâmica do determinismo baseada na presunção do que poderia ser a Teoria P. Seu conceito de “causa como precipitante” importa a negação de um curso de acontecimentos, “normal” e “necessário”, não sujeito a mudanças imprevisíveis. Sustenta que as teorias econômicas clássicas de Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx e Alfred Marshall têm em comum o postulado de que existe um “sistema econômico relativamente independente operando por meio de forças que dele fazem parte intrinsecamente”.³³ Referindo-se aos que formam a escola de Marshall, MacIver salienta: “Para eles, o equilíbrio é fundamental; tem em si mesmo as forças que o sustentam e recupera-se dos contantes impactos que sofre.”³⁴ MacIver não contesta que esse método tenha validade limitada. O que ele contesta é a premissa de que as determinantes “perturbadoras” não podem produzir novas formas de equilíbrio, e “apenas modificam, temporariamente e em limitado grau, o curso normal dos acontecimentos”; condena, outrossim, “a fé no triunfo final da causa específica” que aqueles economistas geralmente invocam.³⁵

O modelo deles é “equilíbrio-perturbação”. MacIver propõe que seja substituído por um modelo “equilíbrio-precipitante”, de acordo com o qual não haverá “permanência”, nem “ordem auto-sustentada”. Tudo que está implícito nesse enfoque “é um estado de coisas que dura, por pouco tempo que seja, até que alguma intrusão ou fator explosivo o converta em outro estado de coisas”.³⁶ MacIver vê continuidade na realidade social como resultado de uma precária ordenação de circunstâncias que a qualquer momento pode ser profundamente tumultuada por algum fator precipitante que emerge interna ou externamente.

Concluiremos esta parte do ensaio examinando brevemente o conceito de “intervalo”, de Dupréel. Também para ele, não há continuidade no mundo. Dizer que determinado efeito é o único resultado “necessário” quando certa condição esteja presente ou ausente é apelar para a metafísica. Na realidade, existe sempre um intervalo, desprezível ou considerável, entre uma condição ou fator, considerados como causa, e seu admitido efeito. Se esse intervalo for considerável, três espécies de eventos podem ocorrer: eventos que impedem a consumação causa-efeito; eventos não favoráveis ao efeito; eventos indiferentes, que nem favorecem nem impedem o efeito. Um agente ativo — e a referência a tal fator é apropriada num ensaio sobre modernização — pode, mediante comportamento estratégico, tirar partido das possibilidades do intervalo e evitar o que metafisicamente seria considerado um resultado “necessário”.³⁷

³³ Ver MacIver, R. M. *Social causation*. New York, Harper & Row, 1964. p. 166.

³⁴ Id. *ibid.* p. 167.

³⁵ Id. *ibid.* p. 166.

³⁶ Id. *ibid.* p. 169.

³⁷ Ver Dupréel, Eugène. *Essais pluralistes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1949. p. 201.

3. Características da Teoria P

Podemos agora apresentar em proposições analíticas as principais características da Teoria P. Discutiremos essa teoria contrapondo seus traços aos da Teoria N. No que diz respeito à Teoria N, construiremos um tipo ideal jamais enunciado plenamente por qualquer teórico contemporâneo: mesmo os adeptos das teorias de pré-requisitos inserem em seus trabalhos considerações pertinentes ao campo da Teoria P.

A completa explicação das tendências desses autores é impedida por sua vinculação consciente ou subconsciente à Teoria N. Ter uma percepção sistemática das implicações da Teoria N será talvez uma das melhores maneiras de livrar a teoria contemporânea de seus preconceitos. Ofereceremos, aqui, sete pares de assertivas polares, que descreverão a essência, tanto da Teoria N, quanto da Teoria P.

Por esquemáticas que sejam essas enunciações, provavelmente conterão imprecisões e talvez mesmo erros. Entretanto, se nossa tentativa representar uma contribuição para resolver o atual impasse em que se encontra a teoria da modernização, talvez possa ser perdoada sua margem de imprevisão e erro. Como disse Bacon, “a verdade emerge mais do erro do que da confusão”.³⁸ Estamos certamente vivendo uma fase transicional da história das ciências sociais.³⁹ Conforme assinala Kuhn, nesses momentos de transição coexistem e sobrepõem-se parcialmente paradigmas contraditórios de pensamento científico. Geralmente leva muito tempo até que venha a predominar um padrão emergente. É também da natureza do paradigma que nunca pode ser expressado sem certo grau de obscuridade. A Teoria P que está emergindo em nossos dias pode ser olhada como um aspecto do paradigma científico, tal como definido por Kuhn. Tem sido antevisto nos trabalhos de muitos autores, mais comumente como uma espécie de “conhecimento tácito” (Polanyi) do que como modelo sistemático. Se as seguintes sete duplas de proposições revelarem utilidade para apresentação do modelo da possibilidade aos cientistas sociais, terá atingido o principal alvo visado pelo presente ensaio.

Teoria N

Teoria P

1. O que aconteceu foi a única e exclusiva coisa que poderia ter acontecido.

1. O que aconteceu está entre as muitas possibilidades objetivas que poderiam ter ocorrido.

³⁸ Ver Bacon. *Novum organum*. In: Spedding, J.; Ellis, R. L. & Heath, D. D., ed. *Works of Francis Bacon*. New York, 1869. v. 8, p. 210. Apud Kuhn, Thomas, S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1964. p. 18.

³⁹ “Estamos no limiar de outra revolução científica” (Bronowski, J. *The common of sciences*. New York, New Jersey, Vintage Books, p. 95). Bronowski também escreve: “Este é o pensamento revolucionário na ciência moderna. Substitui o conceito de *efeito inevitável* pelo de *tendência provável*” (op. cit. p. 87).

2. O curso dos acontecimentos resulta da ação recíproca de causas absolutamente necessárias. A mente onisciente, conhecendo todas essas causas necessárias, poderia prever, com absoluta certeza, o que vai acontecer a curto e longo prazos. Presume-se possível o conhecimento sinótico do processo social.

3. O que faz o homem pensar em possibilidade é sua ignorância ou conhecimento incompleto do curso de eventos necessários. Só existem possibilidades epistêmicas ou lógicas.

4. Existe um processo normal e unilinear de evolução, um caminho melhor e único a ser palmilhado rumo ao futuro. Se observarmos os pré-requisitos, contramarchas e colapsos tornam-se inevitáveis.

5. No que tange ao presente, a tarefa da ciência social é mostrar qual a possibilidade que nele está implícita aquela que em última análise, necessariamente, ocorrerá, e estabelecer os pré-requisitos ou requisitos para sua realização, com base nos acontecimentos anteriores.

6. É pernicioso ao cientista social ser protagonista no processo social. Ele deve ser espectador, um observador afastado da arena de interesses, a fim de ser capaz de ver, sem idéias preconcebidas, a orientação ou direção transcendente do processo.

2. Nenhum curso de acontecimentos pode ser considerado resultante da ação recíproca de causas absolutamente necessárias. O curso dos acontecimentos resulta continuamente do jogo de fatores objetivos e opções humanas. Assim, é possível fazer previsões, sujeitas, porém, a um grau variável de certeza, dependendo das circunstâncias concretas. O incrementalismo constitui a orientação dominante e obrigatória para os que pretendem compreender o processo social.

3. As possibilidades podem ser reais e demonstradas empiricamente. A possibilidade real contrapõe-se à possibilidade abstrata, eis que se relaciona necessariamente com uma situação concreta; tal possibilidade pode realizar-se.

4. Não existe processo normal unilinear. A História sempre nos apresenta um horizonte aberto a múltiplas possibilidades. A qualquer momento podem ocorrer eventos inesperados, conduzindo a sociedade a um novo estágio, diferente da imagem convencional do futuro.

5. No que tange ao presente, a tarefa da ciência social é descobrir o horizonte de suas possibilidades, a fim de contribuir para a participação humana na feitura da História e para a transformação consciente das sociedades contemporâneas.

6. Sem ser protagonista no processo social não se pode ser integralmente um cientista social. A idéia de um pensamento teórico isolado da prática é uma contradição de termos. Não pode haver raciocínio sem um rudimento de prática, e nem prática sem um rudimento de teoria.

7. Na História contemporânea devemos distinguir entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. As primeiras, como sociedades paradigmas, exibem às subdesenvolvidas a imagem do futuro destas. Cumpre elaborar indicadores da evolução da modernização, para que as pessoas incumbidas do aprimoramento das condições nas sociedades em desenvolvimento possam orientar-se no sentido da melhor maneira de realizar modernização ou desenvolvimento.

7. No presente momento da História, a dicotomia entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento é equivocante. Na realidade, a categoria cardinal das ciências sociais é o mundo, que hoje possui as características de um sistema. Sob o prisma desse sistema, todas as sociedades estão em desenvolvimento. Todas elas são, em diferentes graus, ao mesmo tempo atrasadas e modernas. Indicadores de modernização só os poderá haver *ad hoc*, e sua natureza e aplicação somente têm sentido quando postas em relação com as possibilidades de desenvolvimento ou modernização de cada sociedade.

4. Persistência da Teoria N

Nenhum cientista social contemporâneo aceitaria explicitamente a Teoria N. Todavia, como conjunto de pressupostos, essa teoria se faz presente na maioria dos trabalhos de influência sobre modernização e desenvolvimento. Este autor já mostrou, por exemplo, a tautologia patente em algumas das assertivas de Lipset e Lemor⁴⁰ a respeito de modernização, e também apontou algumas impropriedades dos indicadores de mobilização social, de Deutsch, no que se refere às chamadas nações em vias de desenvolvimento.⁴¹ Muitos autores que tratam de modernização e desenvolvimento freqüentemente equacionam meras correlações com relações necessárias de causa e efeito. Algumas teorias de pré-requisitos são baseadas nessa confusão.

Por exemplo, é provavelmente certo que a capacidade empresarial, ou necessidade de realização, correlaciona-se positivamente com o desenvolvimento. Se, entretanto, com fundamento nessa correlação, dissermos que a razão principal do atraso de uma nação é a ausência dessa característica na população e, portanto, a considerarmos um pré-requisito do desenvolvimento, não estaremos, absolutamente, certos. Uma necessidade potencialmente elevada de realização é pre-

⁴⁰ Referindo-se, por exemplo, à idealização da sociedade norte-americana, por Lipset, assim se manifesta Christian Bay: "Considere-se a recente afirmação de S. M. Lipset, no sentido de que pode ser encerrada a busca da 'boa sociedade', que se faz desde tempos imemoriais, porque já a possuímos agora. A democracia, como a conhecemos, 'é a própria boa sociedade em funcionamento'. Não que essa democracia não tenha mais como ser aprimorada, mas, *grosso modo*, parece que 'o dá-e-toma das lutas internas de uma sociedade livre' é o melhor que se pode esperar. Nossa sociedade é tão boa que Lipset considera bem-vindo, pelo menos para o Ocidente, o que ele vê como uma tendência de substituir a ideologia política pela análise sociológica." Ver Bay, Christian. *Politics and pseudopolitics: a critical evaluation of some behavioral literature*. *The American Political Science Review*, 59(1):44, Mar. 1965.

⁴¹ Ver Guerreiro Ramos. *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.

sente universalmente nas nações em desenvolvimento. Pode ocorrer que a estrutura social de algumas dessas sociedades seja tal que inflija punição aos que se comportam como se tivessem grande necessidade de realização. Em outras palavras, as sociedades diferem quanto ao grau de sensibilidade pela realização das pessoas. A sociedade da Rússia czarista, destruída em 1917 pela Revolução Bolchevista, era em grande parte insensível à realização individual. Não obstante, sob o regime comunista encontrou a Rússia uma maneira de conseguir desenvolvimento, sem que aparentemente se manifestasse uma generalizada grande necessidade de realização entre os cidadãos. Não quero dizer que o comunismo seja a única via de desenvolvimento possível para povos com necessidade de realização aparentemente reduzida. Diria antes que através de decisões adaptadas às condições desses povos, os respectivos governos e elites políticas podem encontrar substitutos *ad hoc* para o baixo nível de necessidade de realização.

Em meu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento*, critiquei os indicadores de Deutsch. Meu argumento tende a coincidir com o de Inkeles sobre o mesmo autor. Os indicadores em questão baseiam-se num empirismo especulativo que deixa de levar na devida conta os “contextos estruturais apropriados”. Inkeles observou que a validade do conceito de Deutsch, a respeito de mobilização, podia ser contestada com fundamento nos resultados de pesquisas levadas a efeito em várias nações, pelas quais se revelou que os trabalhadores urbanos são mais passivos do que os camponeses, condição essa que contradiz o pressuposto de Deutsch.⁴² Se quisermos preservar as nações de pré-requisitos e indicadores como instrumentos conceptuais de comparação, teremos de usá-las em situações próprias. É sempre enganoso extrapolar pré-requisitos e indicadores adequados a determinada situação, para outra situação diferente. Existem, evidentemente, pré-requisitos de modernização e desenvolvimento; restringem-se, porém, ao que Chester I. Barnard denomina fatores limitativos ou estratégicos. Variam de caso em caso, de situação em situação, e precisam ser descobertos sempre “na forma certa, no tempo e lugar certos”.⁴³ A “teoria do oportunismo”, de Barnard, é o equivalente norte-americano de critério da possibilidade, adotado por certos cientistas sociais europeus.

Podemos associar a noção de *uma só e melhor maneira* à Teoria N. Em muito do que tem sido escrito sobre modernização e desenvolvimento, vemos mais oposição aparente do que efetiva libertação desse pressuposto. A propósito, cabe um breve comentário sobre o livro *Industrialism and the industrial man*, de Kerr, Dunlop, Harbison & Meyers. Esse livro seria perfeitamente representativo da Teoria P, caso fossem cortadas certas partes de seu texto. Os autores afirmam que, em última análise, em toda situação histórica a industrialização é sempre um problema de possibilidades. Escrevem: “. . . nem todas as coisas são possíveis em todas as situações.”⁴⁴ Postulam a necessidade de um “método estratégico” para ser empregado na orientação efetiva de uma sociedade industrial. Esse “método

⁴² Ver Germani, G. Informe General. Conferencia Internacional Sobre Investigación Social Comparada en los Países en Desarrollo: Desniveles Internos en el Proceso de Desarrollo Económico Y Social de América Latina. *Revista Latinoamericana de Sociología*, 1(1):151, mar. 1965.

⁴³ Ver Barnard, Chester I. *The functions of the executive*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1948. p. 203.

⁴⁴ Ver Kerr, Clark; Dunlop, John T.; Harbison, Frederick & Meyers, Charles E. *Industrialism and the industrial man*. Oxford, Oxford University Press, 1964. p. 33.

estratégico” seria, com efeito, uma das implicações principais do que aqui designamos por Teoria *P*. Os autores dizem, por exemplo: “O curso da industrialização não obedece a um modelo único, a um padrão determinado. Os países subdesenvolvidos não necessitam de crescimento em todos os setores, ‘segundo a imagem’ de qualquer país desenvolvido.”⁴⁵ Contudo, após descrever em detalhe as estratégias concretas das elites industrializantes, sugerem paradoxalmente que a “melhor” de todas as estratégias seria a da classe média. Introduzem, assim, o dogmatismo das que procuram o *único e melhor caminho*.

É evidente que não se pode descrever estratégias com o fim de demonstrar, em conclusão, qual delas seja a “melhor”. Essa atitude de “apologia” não se ajusta ao método científico.

5. *Per uma reformulação do problema da modernização*

O problema da modernização necessita de uma reformulação. A proliferação de trabalhos sobre esse assunto está a indicar a sua relevância. Entretanto, há sinais de que grande parte da literatura sobre modernização se encontra numa espécie de beco sem saída. Uma das razões do impasse é a persistente influência que a Teoria *N* ainda exerce sobre os que tratam da matéria. Um traço comum dessa literatura é alicerçar-se no sistema de variáveis de Parsons.⁴⁶ Essas variáveis denotam um enfoque neo-evolucionário que, não obstante alguns argumentos em seu favor, é teoricamente falacioso quando empregado em tom normativo. Nos textos clássicos de Tonnies, Maine, Durkheim e Weber, nos quais Parsons se inspirou, aquelas variáveis eram critérios descritivos para compreender a História morta, o processo social em particípio passado. Na medida em que sejam utilizadas com inflexão normativa, com referência à História viva ou ao processo social em particípio presente, tornam-se muito discutíveis, conforme tem evidenciado alguma pesquisa empírica.⁴⁷

Podemos mencionar, por exemplo, o caso de uma das mais destacadas e festejadas autoridades no campo da modernização: S. N. Eisenstadt. Ele se revela fortemente influenciado pelas opiniões de Parsons, e podemos notar em seus numerosos trabalhos uma ambivalência teórica que torna difícil, quicá impossível, descobrir ou articular as suas premissas conceptuais. Eisenstadt oscila entre a Teoria *N* e a Teoria *P*. É impressionante quando explica eventos pretéritos. Mas quando trata de problemas vivos, tais como auto-sustentação ou colapso da modernização, torna-se obscuro ou ininteligível, coisa que somente poderia ter sido evitada se ele tivesse sido perfeitamente coerente com as intravisiões possibilísticas contidas em seus numerosos escritos.

Não é fácil criticar as teorias de Parsons, porque são muito desconcertantes em certos aspectos decisivos. Conforme observou Buckley, encontram-se na obra de Parsons assertivas “que aparentemente refutam toda crítica que se faça

⁴⁵ Transcrito da edição brasileira do livro de Kerr et alii. Ver Kerr et alii. *Industria-lismo e sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Usaid 1959. p. 44.

⁴⁶ Como é sabido, as variáveis de padrão de Parsons são as seguintes dicotomias: afeti-vidade/neutralidade objetiva; orientação para o eu/orientação para a coletividade; uni-versalismo/particularismo; *status* pessoal/realização específica; difusão/especificidade.

⁴⁷ Ver, por exemplo, Stepan, Alfred. Political development theory: the Latin American experience. *Journal of International Affairs*, 20(2), 1966.

a qualquer ponto da mesma”.⁴⁸ Contudo, a orientação dominante do parsonismo expressa a Teoria N. Consideremos, por exemplo, as variáveis de padrão, de Parsons. Mesmo que se admita a alegada importância dos estudos sociológicos para os indivíduos incumbidos de tarefas de modernização e desenvolvimento, as variáveis parsonianas de padrão são de utilidade assaz limitada. Essas variáveis, que constituíam instrumentos analíticos de clarificação, nas mãos de sociólogos clássicos, tornam-se, nas mãos de Parsons, uma distorção, o vício de uma orientação sociológica completamente divorciada da realidade. Parsons define cada uma delas, significativamente, como “uma dicotomia, um de cujos lados precisa ser escolhido pelo protagonista *antes que o significado de uma situação esteja definido para ele e, portanto, antes que ele possa agir com respeito à situação em causa*”.⁴⁹

Podemos compreender a razão pela qual o requisito estratégico do problema da modernização é geralmente descuidado pelos que o examinam pelo prisma de variáveis de padrão. Entendo por requisito estratégico, neste particular, o fato de que a modernização representa essencialmente uma transformação social viva, em que o curso dos acontecimentos presume-se dirigido conscientemente e nunca é possível determinar abstratamente a importância de qualquer variável. Nenhuma variável é intrinsecamente positiva ou negativa. A importância de cada variável muda conforme o contexto sistêmico, isto é, a mesma variável X pode ser um trunfo em determinado sistema social e um percalço em outro. Ou, no mesmo sistema social, essa variável pode ser uma coisa ou outra, conforme a ocasião. Em outras palavras, somente no terreno da lógica abstrata podem as variáveis de padrão ser consideradas dilemas. Nos sistemas sociais concretos, cada variável de padrão tem conseqüências funcionais contraditórias. No que diz respeito à modernização, só poderemos saber se uma variável é prejudicial ou não ao considerarmos o balanço real líquido de suas conseqüências, ou seja, depois de “definido o sentido da situação”.⁵⁰

Parsons parece ter uma concepção maniqueísta das variáveis de padrão, que representariam os extremos opostos de um contínuo, o bem e o mal. Não concede margem para ambigüidade. Tomadas literalmente, as variáveis de padrão conduzem a pseudo-explicações, a generalizações ingênuas e impressionísticas. Por exemplo, expondo as idéias de Parsons a respeito de “problemas dos países subdesenvolvidos”, William Mitchell, que é muito favorável a Parsons, assim escreve:

“Destarte, uma nação subdesenvolvida que deseja industrializar-se terá que abandonar suas orientações particularísticas, difusas, de *status* pessoal, afetivas, ao menos no plano dos valores e da estrutura social, se não da própria personalidade, para que possa iniciar e pôr em operação uma ordem industrial. Em lugar daqueles valores, cumpre adotar, em mais larga escala, universalismo, especificidade funcional, critério da realização ou desempenho, e neutra-

⁴⁸ Ver Buckley, Walter. *Sociology and modern systems theory*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1967. p. 24.

⁴⁹ Ver Parson. Talcott & Shills, Edward A., coord. *Toward a general theory of action*. New York and Evanston, Harper & Row, 1962. p. 77.

⁵⁰ Num ensaio a ser publicado, este autor discutirá algumas implicações das noções de “conseqüências funcionais contraditórias” e “balanço líquido das conseqüências”, que já foram examinadas por Gideon Sjöberg e Robert Merton. Ver: Merton, R. op. cit.: Sjöberg, G. Contradictory functional requirements and social systems. *The Journal of Conflict Resolution*, 4, 1960.

lidade afetiva. O industrialismo e, talvez em menor grau, a democracia, exigem esses valores e normas novos e opostos.”⁵¹

Entretanto, a observação empírica tem mostrado que nos sistemas sociais concretos toda variável é ambivalente. Em recente artigo, A. O. Hirschman, com documentação convincente, demonstrou que certas condições, costumeiramente julgadas obstáculos ao desenvolvimento e à modernização podem ser, ao contrário, vantajosas. Por exemplo, a família, considerada em suas ramificações mais amplas, pode constituir uma alternativa à escassez, permitindo a seus membros “criar um fundo comum de recursos, não só para consumo, mas também para fins de investimento”.⁵² Abegglen, em seu estudo sobre a indústria japonesa, e bem assim Cochran & Reina, no estudo que fizeram sobre empresariado na Argentina, oferecem suporte empírico em favor da observação de Hirschman.⁵³ Hirschman também salienta que mesmo no Ocidente reconhece-se que a expansão das empresas bancárias e mercantis beneficiou-se consideravelmente de laços de parentesco. Assim, pois, em algumas situações, as consequências de determinados elementos de condição pessoal podem desapontar os que emprestam um sentido maniqueísta ao dilema: *status* pessoal *versus* realização.

Consideremos a variável “difusão *versus* especificidade”, extensamente empregada por Fred Riggs em diversas monografias em que apresenta sua teoria das sociedades prismáticas. Os estudos de Riggs são muito estimulantes e provocam o leitor, mas, tal como Eisenstadt, ele parece estar preso num círculo vicioso. Seu “enfoque ecológico” constitui um avanço aos pontos de vista normativos e dogmáticos que supõe serem os sistemas sociais ocidentais paradigmas para a modernização. Todavia, na medida em que baseia seu raciocínio nas variáveis de padrão, de Parsons, não tem êxito em suas investidas contra o dogmatismo.

Riggs equaciona, por exemplo, modernização com aumento de especificidade, diferenciação ou, em sua terminologia própria, “difração”. Diz ele:

“... Creio que podemos apresentar um argumento convincente no sentido de que, gostem ou não, existem forças no mundo que tendem a aumentar o grau de difração. Assim, embora as sociedades prismáticas não tenham que necessariamente tornar-se difratadas, muitas o farão. Da mesma forma, muitas sociedades em transição poderão não ter êxito em seus esforços de modernização, mas algumas o terão.”⁵⁴

A palavra “forças” empresta a essa citação um nítido sabor de “necessidade”, enquanto o trecho todo implica num sentido dogmático de “difração” ou diferenciação. Contudo, embora de maneira vaga, Riggs parece reagir contra esse modo de ver:

“... Uma pressão avassaladora está sendo exercida em toda sociedade contemporânea no sentido de uma difração progressiva. Os resultados poderão ser

⁵¹ Ver Mitchell, William C. *Sociological analysis and politics, the theories of Talcott Parsons*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1967. p. 161.

⁵² Ver Hirschman, Albert O. Obstacles to development: a classification and a quasi-vanishing act. *Economic Development and Cultural Change*, 13(4)387, part 1, July 1965.

⁵³ Ver Hirschman. op. cit. p. 389-90. Ver, também, Nye J. S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, 61(2), June 1967. Nesse artigo, Nye procura mostrar as consequências funcionais da corrupção e que a mesma pode até, às vezes, “causar benefício público”.

⁵⁴ Ver Riggs, Fred. W. *Administration in developing countries*. Boston, Houghton Mifflin, 1964. p. 37.

bons ou maus. Deixo para o leitor esse julgamento. As forças, porém, levam a uma evolução histórica sobre a qual temos hoje pouco controle.”⁵⁵

O que desejo acentuar é que Riggs admite aqui a ambivalência da difração, o que o torna menos dogmático do que em sua assertiva anterior. Parece, porém, que para ele a avaliação do papel da difração pode ser feita num plano genérico e que constitui também uma questão de orientação ética do indivíduo. A avaliação do papel da difração, no entanto, bem como de quaisquer variáveis no processo de modernização, não pode ser genérica, nem tampouco uma questão de ética pessoal; só se torna possível em situações concretas e unicamente de acordo com normas sociológicas. Talvez tudo o que possamos dizer genericamente sobre difração ou diferenciação é, parafraseando Hirschman, que o demasiado pode fazer tanto mal quanto o insuficiente.⁵⁶

Nesse pressuposto, a “lei do potencial evolutivo” de Elman R. Service estabelece que o potencial para passar à fase seguinte é tanto menor quanto mais especializada e adaptada a forma de uma sociedade, na fase em que se encontra. No terreno da realidade histórica e social, essa “lei” significa que sociedades mais atrasadas teriam um “potencial evolutivo” para um estágio original que faltaria às sociedades mais adiantadas.⁵⁷ Eu diria que todo aquele que se deixa levar por uma orientação de pré-requisitos torna-se cego ao “potencial evolutivo” das nações periféricas.

6. Enfoque sinótico e incrementalismo⁵⁸

Presumindo a Teoria *N* que na realidade social histórica se verifica um curso de acontecimentos definido, resultante do efeito recíproco de causas absolutamente necessárias, consideram seus adeptos possível obter-se um conhecimento racional global desse curso de acontecimentos. Comte e Stuart Mill tentaram apresentar uma visão completa da história da humanidade, cada qual procedendo de acordo com suas próprias peculiaridades filosóficas.⁵⁹ Na concepção sinótica,

⁵⁵ Id. *ibid.* p. 38.

⁵⁶ Ver Hirschman, op. cit. p. 387, onde diz: “... um obstáculo ao desenvolvimento geralmente pode ser definido como a ausência de uma condição que era presente num país que posteriormente veio a desenvolver-se. Em muitos casos, porém, a pergunta que deveria ter sido feita é *quanto* dessa condição estava presente. O excesso pode ser tão deletério quanto a insuficiência.”

⁵⁷ Ver Service, Elman R. The law of evolutionary potential. In: Sahlins, Marshall D. & Service, Elman R. *Evolution and culture*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960.

⁵⁸ Estou empregando esses termos segundo Braybrook & Lindblom. Ver Braybrook, David & Lindblom, Charles E. *A strategy of decision: policy evaluation as a social process*. London, Free Press of Glencoe, Collier Macmillan, 1963. Ver, também, Hirschman & Lindblom. Economic development, research and development, policy making: some convergent views. *Behavioral Science*, 7(2), Apr. 1962.

⁵⁹ Karl Popper designa por “globalismo” (*holism*) o enfoque geral de Comte, Mill, Marx e outros autores que admitem como possível uma globalidade absoluta do curso dos acontecimentos. Em seu livro, *The poverty of historicism* (New York and Evanston, Harper & Row, 1964), Popper contrapõe “análise fragmentária” (*piecemeal engineering*) a “globalismo”. Diz ele o seguinte: “O enfoque característico do analista fragmentário é este; muito embora possa comungar alguns ideais que dizem respeito à sociedade como um todo — bem-estar geral, talvez — não acredita no método de reformulação global da sociedade. Quaisquer que sejam seus alvos, procura atingi-los mediante pequenos ajus-

o rumo do presente está inexoravelmente determinado, e devemos fazer um esforço para conhecê-lo exaustivamente. Só não conseguimos a compreensão total do presente porque nossa inteligência está obscurecida por interesses, preconceitos e distorções. Essa concepção é baseada num realismo filosófico de acordo com o qual o eu, que é capaz de saber, pode e deve estar separado da realidade, a fim de poder vê-la objetivamente. Os conceitos são reflexões da realidade na mente humana. A mente poderosa, como espelho fiel, pode ter um quadro exato da realidade. A participação no processo da realidade é uma condição perturbadora para o trabalho da razão. A Teoria *P*, ao contrário, admitindo que não há causas absolutamente necessárias e que as escolhas humanas estão sempre em interação com fatores objetivos para que se produzam acontecimentos, afirma que só podemos compreender a realidade incrementalmente, isto é, por tentativas e erros, através de uma “espécie de dialética de participação e retraimento, uma série de conjecturas que são experimentadas, alteradas, experimentadas em sua forma alterada, novamente alteradas, e assim por diante”,⁶⁰ ou, em outras palavras, “num vaivém entre o concreto e o abstrato, tentando a mudança aqui e o sistema acolá.”⁶¹ Destarte, o incrementalismo supõe que a compreensão da realidade exige uma relativa participação na mesma. O eu que sabe é, ele próprio, parte de um campo cognitivo;⁶² qualquer teoria a respeito de qualquer parcela desse campo tem que ser ligada a certa prática. Evidentemente, a prática científica tem qualificações e requisitos específicos que precisam ser preenchidos e que a distinguem da prática usual do leigo. Apresso-me a clarificar que não estou afirmando ser impossível apreciar um ponto de vista teórico não relacionado com nossa situação existencial. É, de fato, possível entender tal ponto de vista não relacionado, desde que não seja descurada a prática de que deriva.

Merece atenção o fato de que as elaborações teóricas mais frutíferas sobre mutação social são oriundas de cientistas sociais dedicados a problemas de administração, gerência e organização. Os resultados de algumas das explorações e experiências desses cientistas em ação terão grande impacto no terreno mais amplo da ciência social em geral.

tamentos e reajustamentos que possam ser continuamente aperfeiçoados” (op. cit. p. 66). Embora concorde com a tese central da obra de Popper, parece-me arbitrário o significado que empresta à palavra *holism*. Prefiro comparar *holism* à “lei da situação”, de Mary Parker Follet, que representa uma sadia reação teórica contra o “reducionismo”. Não sei também se será correto equacionar *holism* com historicismo, como o faz Popper. Com efeito, existem correntes historicistas (Max Weber, por exemplo) que não se enquadram no conceito de historicismo defendido por Popper. Outrossim, parece-me que Popper interpretou erroneamente Mannheim, ao considerá-lo um representante do globalismo. Se em vez de *holism*, Popper houvesse empregado a palavra *wholism*, minha concordância com ele seria quase completa. Numa monografia que aparentemente previa a tese de Popper, Hayek emprega o termo *whole* (inteiro). Ver Hayek, F. A. V. *Scientism and the study of society*. *Economics*, 9(35), Aug. 1942 (New Series). Ver, também, maior desenvolvimento das idéias de Popper em seu livro *The open society and its enemies*. New York, Harper & Row, 1963. v. 2.

⁶⁰ Ver Braybrook & Lindblom. op. cit. p. 73.

⁶¹ Id. *ibid.* p. 81.

⁶² Ver Rouanet, Sérgio Paulo. Os campos práticos-noéticos: notas introdutórias. *Tempo Brasileiro*, 4(11/12), ago./out. 1966.

Segundo Martindale, muitos sociólogos admitem que a “teoria da mutação social é o ramo mais débil da teoria sociológica”.⁶³ Esse assunto, observa Wilbert Moore, “faz com que a maioria dos cientistas sociais pareça estar na defensiva, em atitude furtiva, assustada ou cheia de culpa”.⁶⁴ Essa situação não é meramente ocasional, e não poderá ser superada enquanto a ciência social continuar a ser influenciada pela Teoria N. Dois dos pressupostos da Teoria N, conforme explicamos aqui, são o enfoque sinótico e a necessidade de alienar-se o cientista do processo. Os termos intrínsecos do processo social são tais que pessoa alguma que lhe estiver alheia poderá conhecê-lo ou dele ter uma compreensão integral em qualquer momento. Pela seguinte afirmação de Parsons podemos ver que o que esse autor considera uma fraqueza temporária da ciência social em geral é, na realidade, uma fraqueza irremediável de uma corrente sociológica influenciada pela Teoria N: “. . . uma teoria geral dos processos de mudança de sistemas sociais não é possível no estágio atual do conhecimento. A razão, muito simplesmente, é que tal teoria implicaria o conhecimento completo das leis do processo, e tal conhecimento não possuímos.”⁶⁵

Essa atitude metodológica, sinótica e antiparticipativa, é o principal fator que leva ao beco sem saída em que se meteram muitas teorias da modernização. Essas “teorias” geralmente silenciam “no que refere a *dirigir e implementar* a mudança”.⁶⁶ Esta última observação é de um cientista social às voltas com problemas de gerência, o qual acrescenta: “Com o que não concordo — e incluo aqui as teorias recentes de neoconflito, neofuncionalismo e as neo-evolutivas — é que tendem a identificar e explicar as interações dinâmicas de um sistema sem fornecer uma pista que permita descobrir instrumentos estratégicos para soluções alternativas.”⁶⁷ Bennis, tal como Robert Chin, reclama por *teorias do mudar* em vez de *teorias da mudança*. Essa questão só pode ser resolvida por uma ciência social concreta e existencial.

7. Modernização em novo estilo

Consideraremos agora a dicotomia “nações desenvolvidas — nações em desenvolvimento”. Os autores que adotam essa dicotomia sem espírito crítico costumam localizar a modernidade na Europa Ocidental e nos EUA, e conceber a modernização como um processo de disseminação, pelo resto do mundo, de certos tipos de objetos e comportamentos originados naqueles lugares. Assim, em seu livro, o Prof. Bendix declara que por modernização entende “um tipo de mudança social que *teve origem* na revolução industrial da Inglaterra, 1760-1830, e na revolução

⁶³ Ver Martindale, Don. Introduction. In: Zollschan, George K. & Hirsch, Walter, coord. *Explorations in social change*. Boston, Houghton Mifflin, 1964. p. 11.

⁶⁴ Ver Moore, W. E. A reconsideration of theories of social change. *American Sociological Review*, 25:810-8, 1960. Apud Bennis, Warren G. *Changing organizations*. New York, MacGraw-Hill, 1966. p. 99.

⁶⁵ Ver Parsons, Talcott. *The social system*. Illinois, The Free Press of Glencoe, 1951. p. 486.

⁶⁶ Ver Bennis. op. cit. p. 99.

⁶⁷ Id. ibid. p. 99. Ver também Chin, Robert. The utility of system models and development models for practitioners. In: Bennis, W. G. & Chin, Robert, coord. *The planning of change*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1966.

política da França, 1789-1794".⁶⁸ Afirma, outrossim, que modernização "é um tipo de mudança social consistindo, desde o século XVIII, no progresso econômico e político de alguma sociedade pioneira, e em subseqüentes mudanças em sociedades seguidoras".⁶⁹

Essas assertivas salientam alguns dos pontos principais da modernização. A modernização certamente representa um novo tipo de mudança social na história. A revolução industrial da Inglaterra e a revolução política da França podem ser tomadas como pontos de referência. Antes desses eventos, não havia modernização, principalmente porque se imaginava que toda sociedade se transformasse "por efeito de suas próprias forças e propriedades".⁷⁰ Em outras palavras, o que Sorokin denomina o princípio da mutação imanente pode ser considerado o principal instrumento heurístico para explicação do fenômeno da mudança, por parte dos cientistas sociais clássicos. A freqüente invocação desse princípio refletia as condições empíricas das diversas sociedades. Representavam sistemas mais ou menos fechados, e intercâmbio e contatos mútuos entre eles eram ocasionais, raros e descontínuos.

Em tais circunstâncias, o mundo não poderia ser entendido como categoria sociológica atuante.⁷¹ Quero dizer com isto que não existiam suportes empíricos para esse conceito. A Terra não constituía, realmente, um mundo unificado, mas um mosaico de sociedades diferentes e segregadas, com limitado intercâmbio, resultante de empreendimentos ou expedições de indivíduos que viajavam por terra, mar ou rio, ou de aventuras bizarras como as de Marco Polo, um personagem quase tão irreal quanto o imaginado por Montesquieu em suas *Cartas persas*.

Diria que, antes desses eventos, nenhum sistema de vinculações, nenhuma rede de relações culturais, políticas e econômicas reunia as sociedades do mundo num supersistema dinâmico. Então, quando sociedades diferentes atingiam estágios semelhantes, era sobretudo como resultado do que os antropólogos denominam convergência. Como se sabe, dá-se convergência quando as diferentes sociedades modificam-se independentemente, e não por imitação ou origens comuns, explicando-se o fenômeno pelo chamado "princípio das possibilidades limitadas".⁷² Diverso da convergência é o fenômeno da difusão, termo mais apropriado para designar um intercâmbio ocasional entre sociedades diferentes.

A modernização torna-se um problema de história contemporânea quando, pela primeira vez, emergem condições como o mercado internacional e redes de transporte e comunicações, permitindo o funcionamento efetivo de um supersis-

⁶⁸ Ver, Bendix, Reinhard. *Towards a definition of modernization*. cit.

⁶⁹ Id. *ibid*.

⁷⁰ Essas são as palavras com que Sorokin explica o que chamo de "o princípio da mutação imanente". Ver Sorokin, Pitirim A. *Social and cultural dynamics*. New York, The Bedminster Press, 1962. v. 4, p. 590.

⁷¹ O mundo, como categoria sociológica, representa um novo instrumento de análise, tão útil hoje quanto o era o conceito de classe social no século XIX. (O autor focalizou esse assunto em seu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.)

⁷² Sobre convergência e o princípio das possibilidades limitadas, ver Sorokin. *op. cit*. Sorokin faz remissão a Goldenweiser, R. The principle of limited possibilities. *Journal of American Folklore*, 26:259-90, 1913; Thurnwald, R. The spell of limited possibilities. *American Sociological Review*, p. 195-203. Apr. 1937; Lewie R. On the principle of convergence in ethnologie. *Journal of American Folklore*, 25:33-segs., 1912.

tema mundial ou sociedade mundial, que “penetra”⁷³ hoje cada sociedade. Por outras palavras, a modernização é um subproduto do processo que criou uma sociedade planetária e o homem planetário.⁷⁴ Cada sociedade é presentemente penetrada por esse supersistema mundial, de modo que as respectivas mudanças são cada vez menos explicadas por “suas próprias forças e propriedades”.

Cumprе salientar dois efeitos da emergência de uma sociedade planetária, relacionados com a modernização:

a) *o efeito de demonstração*:⁷⁵ o conjunto das aspirações das nações em desenvolvimento é, em larga escala, moldado pelo tipo de consumo normalmente vigente nas nações desenvolvidas. Isso resulta não só da rede de transportes e comunicações, mas ainda da pressão exercida pelas nações hegemônicas em procura de mercados para seus produtos. As populações das nações em desenvolvimento encontram-se continuamente expostas à influência do padrão de vida vigorante nas nações desenvolvidas, e procuram alcançá-lo também. Esse fato está na raiz de um dos principais característicos de muitas nações novas: o desequilíbrio entre as aspirações do povo e a capacidade do sistema de produção em satisfazê-las, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. As nações em desenvolvimento têm sido definidas como aquelas em que o sistema econômico geralmente não é capaz de garantir para o povo um padrão mínimo de vida, no sentido que esse conceito possui no meio internacional.

b) *o efeito de dominação*: embora cada nação seja penetrada por um supersistema internacional, as nações hegemônicas podem ser consideradas centros de decisão relativamente autônomos, principalmente no campo do mercado mundial. A expressão “efeito de dominação”, proposta pelo economista francês François Perroux,⁷⁶ é usada para explicar a dinâmica das relações dissimétricas entre as nações hegemônicas e as demais. Atualmente há uma economia mundial que funciona de tal forma que certos países, mesmo sem qualquer intenção de fazê-lo, condicionam decisivamente outras economias nacionais muito mais do que eles próprios são condicionados. Na fase atual da evolução da sociedade e economia mundiais, em que as nações se encontram desenvolvidas desigualmente, as menos desenvolvidas acham-se permanentemente sujeitas a uma espécie de “bombardeio cósmico”,⁷⁷ eis que não conseguem escapar ao efeito dominador exercido sobre elas pelas mais desenvolvidas. Tudo o que podem fazer é adaptar-se a esse permanente efeito, enquanto permanecem em sua situação de fraqueza. A adap-

⁷³ Emprego esse verbo não precisamente com o mesmo sentido proposto por Rosenau; entretanto, minha idéia da “penetração”, neste texto, foi inspirada em seu artigo, *Pre-theories and theories of foreign policy*. In: Farrell, R. Barry, ed. *Approaches to comparative and international politics*, Evanston, Northwestern University Press, 1966.

⁷⁴ Ver Ward, Barbara. *Spaceship Earth*. New York, Columbia University Press, 1966; Boulding, Kenneth E. *The meaning of the 20th century: the great transition*. New York, Harper & Row, 1965; Desan, Wilfrid. *The planetary man, a noetic prelude to a united world*. Washington, D. C., Georgetown University Press, 1966; Carter, Gwendolen M. & Herz, John H. *Government and politics in the twentieth century*. New York, Frederick A. Praeger, 1965.

⁷⁵ Esta expressão foi proposta primeiro pelo economista J. S. Duesenberry. Ver, também, meu conceito de “efeito de prestígio”: Guerreiro Ramos. *A redução sociológica*, 2. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965. Ver, também, Guerreiro Ramos. *Toward an ecumenical social science*. Trabalho apresentado aos membros das Faculdades de Stanford e Berkeley, Stanford Faculty Club, 25 de maio de 1967 mimeogr.

⁷⁶ Ver Perroux, François. *L'Europe sans rivages*. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

⁷⁷ Essa expressão foi citada num manuscrito, não publicado, de Edwin Lieuwen.

tação pode ser passiva ou ativa. Normalmente, a modernização eficaz, como no caso do Japão, por exemplo, coincide com uma adaptação ativa, em que o papel do governo foi decisivo no processo de mudança social e econômica.

Acredito que as considerações seguintes ajudem a clarificar o problema da modernização.

1. Termos como “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, ou “pioneiro” e “seguidor” podem ser considerados de sabor ideológico. A mim parece mais realístico adotar a distinção entre nações hegemônicas e periféricas.

É fácil compreender essa distinção com base no efeito de dominação, mas admitir esse efeito de dominação não presume nem que as nações periféricas sejam necessariamente seguidoras passivas das “nações pioneiras”, nem tampouco que as nações hegemônicas sejam completamente autônomas. Todas são influenciadas e condicionadas por um supersistema, a economia mundial, ou a sociedade mundial, cuja dinâmica é superposta à de qualquer sistema nacional isolado.⁷⁸

2. Ultimamente vem surgindo uma literatura científica que contribui para a formação de uma metassociologia e metaeconomia da modernização. Alguns autores, tais como J. K. Galbraith, C. Wright Mills e David Riesman, demonstram que existe uma patologia da sociedade abastada, tal como da sociedade pobre. Tomando por base a análise de certos casos episódicos de hiperdesenvolvimento, seria possível elaborar um conceito elíptico de modernidade, capaz de servir como “referência” ou “ponto focal”, para avaliação tanto das sociedades hegemônicas como das periféricas.

Do ponto de vista da metassociologia da modernização, ambos tipos de sociedade representam casos de modernização falha.⁷⁹ Nenhuma sociedade isolada, em sua forma episódica contemporânea, pode ser caracterizada como paradigmática, como sociedade modelo de modernização. Se considerarmos qualquer sociedade como “sociedade paradigma” no processo de modernização, estaremos encorajando concepções tautológicas nessa matéria.

Muitas das inadequações das teorias de pré-requisitos resultam da identificação da “sociedade paradigma” com uma sociedade episódica, desenvolvida. Naturalmente, se levarmos demasiadamente a sério a afirmação de Marx, de que “o país mais desenvolvido... exibe ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”, corremos o risco de cristalizar como modelo normativo algo que é apenas uma concretização, ao acaso, de uma dentre muitas possibilidades objetivas de modernidade.

A sociologia da modernização não pode erigir-se sobre um conjunto de pré-requisitos induzidos de sociedades consideradas já modernizadas. Tal sociologia

⁷⁸ Uma nação hegemônica pode ser considerada uma nação líder, no sentido de Thelen, isto é: “um sistema componente cujo produto exerce a maior influência nos indutos de outros sistemas componentes e, por esse meio, controla as interações do supersistema”. Apud Katz, Daniel & Kahn, Robert L. *The social psychology of organizations*. New York, John Wiley & Sons, 1966. p. 63.

⁷⁹ Ver Horowitz, J. L. *Three worlds of development: the theory and practice of international stratification*. New York, Oxford University Press, 1966. Emprega ele o termo “mis-development” (desenvolvimento falho) na p. 70. Para um estudo comparado das nações, em termos de uma estratificação internacional, ver Lagos, Gustavo. *International stratification and underdeveloped countries*. The University of North Carolina Press, 1963: Galtung, Juhann; Mora y Araujo, Manuel & Schwarzmman, Simon. El sistema latinoamericano de naciones: un análisis estructural. *América Latina*, Rio de Janeiro, 9(1), jan./mar. 1966.

tem seu calcanhar de Aquiles no fato de basear-se num ingênuo raciocínio *post hoc*. Necessitamos de uma sociologia dialética, *pari passu* da modernização, pois que, como dizia Hartmann, “no mundo existe muito mais de possível do que de realizado”.⁸⁰ No que se refere à modernização, o êxito de qualquer sociedade será sempre parcial, jamais total. A sociologia não pode sucumbir ante o sucesso; qualquer complacência seria perigosa. A modernização nunca termina.⁸¹

A modernidade é um fato ecumênico e universal. Não é confinada a quaisquer pontos geográficos da Terra. Moderno é hoje o mundo contemporâneo em seu partícipio presente, ou nas suas possibilidades objetivas, e não alguma sociedade nacional determinada. Por isso, embora possamos compreender sua eficácia tática temporária, do ponto de vista político, qualquer forma de provincialismo ou nacionalismo, hegemônico ou periférico, representa, em última análise, um obstáculo à modernização. Atraso e modernidade tendem gradativamente a perder conotações geográficas. Hoje em dia, a comunidade universal instruída e científica precisa considerar que todas as nações são atrasadas e modernas ao mesmo tempo, embora em diferente grau.

3. A modernização, como objeto de estudo, tem sido por demais circunscrita a sistemas nacionais. Evidentemente, a modernização constitui um problema inerente a toda sociedade nacional. Entretanto, para clarificar o significado desse processo, cumpre considerar o supersistema internacional. Nenhuma sociedade pode isoladamente desenvolver ao máximo suas possibilidades de modernização sem que o supersistema internacional seja institucionalizado de tal forma que desapareçam os impedimentos à constituição de uma ordem planetária.

A modernização, em larga escala, das nações periféricas, depende da institucionalização da sociedade planetária. Essa sociedade já existe, mas em estado anárquico. Aliás, a persistência de irracionalidades e disfuncionalidades nesse supersistema transnacional torna-se cada vez mais perniciosa, não só para as nações periféricas, mas também para as hegemônicas. Com efeito, ameaça a própria sobrevivência das nações hegemônicas.

A modernização de qualquer sociedade nacional constitui, em certo sentido, um problema de distribuição racional e funcional de fatores e recursos no mundo. Acresce que as nações hegemônicas não podem resolver perfeitamente seus problemas específicos internos sem essa espécie de distribuição. Podemos dizer, parafraseando Gilbert Seldes, que o único luxo que as nações ricas não podem permitir-se é a pobreza das nações pobres.⁸²

Receio que designações como “Terceiro Mundo”, “Segundo Mundo” e “Primeiro Mundo”, na esfera acadêmica, induzem ao equívoco que genuinamente procuram compreender os problemas de nosso tempo. Essa compartimentalização do mundo é mais adequada a servir a interesses radicados do que às legítimas necessidades de conceituação da dinâmica concreta do supersistema internacional. A comunidade universal de cientistas e intelectuais agora dispõe da oportunidade de constituir-se numa força política e num ubíquo agente da modernização, deveras importante, assumindo o papel de esclarecedor de equívocos e incompre-

⁸⁰ Ver Hartmann, Nicolai. *Ontologia II: posibilidad y efectividad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1956. p. 8.

⁸¹ Para uma exploração mais exaustiva desse assunto, ver Guerreiro Ramos. *Administração e estratégia do desenvolvimento*. op. cit.

⁸² A sentença de Seldes é a seguinte: “O único luxo que o rico não pode permitir-se é a pobreza dos pobres.” Apud Ayres, C. E. *Towards a reasonable society*. Austin, Texas, University of Texas Press, 1961, p. 293.

ensões relativamente aos fenômenos que ora se processam dentro do supersistema internacional. Podemos reconhecer a utilidade da tricotomia “Terceiro Mundo”, “Segundo Mundo” e “Primeiro Mundo”, mas não compete aos cientistas sociais legitimá-la.

4. A modernização é uma preocupação constante. Quero dizer, pede-se aos cientistas sociais não só a compreensão desse processo, mas também que o conduzam, que o dirijam. A modernidade não é uma espécie de entidade metafísica, nem um conjunto de elementos prescritivos a serem adotados pelas nações periféricas como *aquela* melhor maneira de proceder, se quiserem modernizar-se. Na prática, a modernização exige de cada governo a capacidade de aprender com as situações e nelas descobrir caminhos mais curtos para a modernidade. Poderíamos descrever a modernização com as palavras de Ayres sobre processo: “O café da manhã não é nem o começo nem o fim da existência humana, e tampouco o será qualquer tomada de decisão que qualquer pessoa algum dia tenha de enfrentar. Todas as decisões são tomadas em situações que ocorrem no correr da vida. Fazem parte de um processo já em andamento e que assim prosseguirá, quaisquer que sejam as decisões.”⁸³

Na prática, a modernização sempre exige um comportamento estratégico por parte das camadas dirigentes de cada sociedade. Quando o Prof. Bendix afirma que “pode ocorrer modernização sem resultar em modernidade”,⁸⁴ penso nos muitos casos de “colapso da modernização” e pergunto-me se os cientistas sociais não podem contribuir para evitar essas experiências dramáticas.

Acredito que possam. Mas para cumprir tal promessa terão que associar o que até agora tem sido a sociologia da modernização a um campo mais amplo, em que relevem mais conceitos operacionais do que prescrições. A isso denomino estratégia da modernização.

Summary

This paper represents an attempt to purge contemporary social science, and particularly the theory of modernization, of the residues of nineteenth century metaphysical evolutionism. According to the author, the writings about modernization can be placed on a continuum, the poles of which can be called Theory *N* and Theory *P*. The main assumption of Theory *N*, as far as modernization is concerned, is that there is a law of historical necessity that pushes every society to try to attain the stage occupied by the so-called developed or modernized societies. These societies show the so-called developing societies the image of their future. Consequently, with this understanding, the authors of Theory *N* refer to dichotomies such as developed *versus* developing nations, and “referent” *versus* “follower” societies. Ordinarily, many that talk about “obstacles to development” or “prerequisites of modernization” are conditioned by the deterministic assumptions of Theory *N*, by a frozen archetype of modernization, more or less identified with the present stage of Western Europe or of United States.

On the other hand, in relation to modernization, Theory *P* has two main characteristics: it supposes that modernity is not located in any part of the world; that the process of modernization is not to be oriented to any Platonic archetype;

⁸³ Ver Ayres. op. cit. p. 17.

⁸⁴ Ver Bendix. op. cit.

and it holds that any nation, whatever its contemporary configuration, always has its own possibilities of modernization, the implementation of which can be disturbed by the superimposition of a frozen, normative model, extrinsic to those possibilities.

The author observes that Warren Bennis and Robert Chin ask correctly for *theories of changing* instead of *theories of change*. The author thinks that this question can be answered only by a concrete and existential social science, based on the possibility model, some of whose guidelines he presents in this paper.

**Faça e renove suas assinaturas
nas livrarias da
Fundação Getulio Vargas.
Anote aí os endereços:**

**No Rio, Praia de
Botafogo, 188
Em São Paulo,
Av. Nove de Julho,
2029. Em Brasília,
CLS 104, Bloco A,
Loja 37.**

